



EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026		Processo: PROCESSO ELETRÔNICO: 3837/2025	
Data de Abertura: 13/02/2026		Horário de Abertura: 10:00 Horas (Horário de Brasília)	
Plataforma (site): https://www.licitanet.com.br			
Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Administração Planejamento Orçamento PISIEC – SEMG			
Objeto: Aquisição de Firewall NGFW e próxima geração com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal Geral de Administração Planejamento Orçamento PISIEC (SEMG) por período estimado de 12 (doze) meses.			
Valor Total Estimado para Contratação: R\$ 54.872,92 (CINQUENTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)			Lance Mínimo: R\$ 0,01
Registro de Preços? Não	Vistoria / Visita Técnica Não	Instrumento Contratual Termo de Contrato ou Equivalente	Critério de Julgamento Preço por Lote
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos: Sicaf ou documentos equivalentes O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.		Requisitos Específicos Conforme Termo de Referência	
Modo de Disputa Aberto	Licitação Exclusiva ME/EPP? Sim	Reserva de Cota ME/EPP? Não	Exige Amostra/ Demonstração Não
DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III), conforme estabelecido pela ordenadora de despesa no item 16. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.			
Prazo de envio da Proposta Reajustada e Documentos de Habilitação: 120 (Cento e vinte minutos) ou 02 (Duas) horas, após a convocação realizada pelo Agente Conductor.			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações: EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, demais condições junto ao Edital e demais anexos do edital.			
Observações Gerais Obs.: Solicitamos dos fornecedores a leitura de todo edital e anexos. Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.			





EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026/SML/PMCJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3837/2025

LICITAÇÃO ABERTA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Preâmbulo:

1.1.1 A Prefeitura do Município de Candeias do Jamari-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 63.761.902/0001-60, com sede à Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – RO – CEP: 76.860- 000, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 599/2026 de de janeiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 001/2026 do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento será **POR LOTE**, tendo por finalidade **Aquisição de Firewall NGFW e próxima geração com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal Geral de Administração Planejamento Orçamento PISIEC (SEMG) por período estimado de 12 (doze) meses**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2 O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> (**LICITANET**); e/ou <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/> na aba de anexos da licitação no link: https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/.

1.1.4 A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES “LICITANET”	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	02/02/2026 às 10h00min. (Horário Brasília).
LIMITE P/ CADASTRO DE PROPOSTAS:	13/02/2026 às 09h59min. (Horário Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	13/02/2026 às 10h00min. (Horário Brasília).

1.1.5 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 Da Formalização e Autorização:

1.2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 3837/2025**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. OBJETO: **Aquisição de Firewall NGFW e próxima geração com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal Geral de Administração Planejamento Orçamento PISIEC (SEMG) por período estimado de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

2.1.1 A licitação será julgada por **LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.3 Das Especificações e das Estimativas de Preços:

2.3.1 Informamos que os itens juntamente com seus valores Unitários e Totais, se encontram junto ao **Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência – TR**, anexo I deste Edital.

2.3.2 A Proposta deverá ser cadastrada por item, conforme **Termo de Referência**.

2.3.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema **LICITANET**, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste **Edital**, prevalecerão às últimas;

2.4 Do Prazo/ Local e Condições de Entrega/ Recebimento:

2.4.1 E demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – **Termo de Referência**, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesa do órgão requerente;

a) Local/Horário de Entrega – Conforme estabelecido no **Termo de Referência** – Anexo deste Edital.

b) Prazo de Entrega do Objeto – Prazo de entrega, conforme **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

c) Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica – Conforme estabelecidos no **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

2.5 Da Secretaria Participante deste Registro de Preços;

2.5.1 **Secretaria Municipal Geral de Administração Planejamento Orçamento PISIEC (SEMG)**

2.6 Do Recursos Orçamentários (Elemento de Despesa):

2.6.1 Conforme **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.





2.7 Do Pagamento:

2.7.1 Conforme **Termo de Referência e Minuta do Contrato**, anexo I deste Edital.

2.8 Do Reajuste:

2.8.1 O reajuste poderá ser realizado a partir da solicitação da empresa contratada e após análise dessa administração.

2.8.2 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.8.3 O reajuste contratual com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

2.8.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21):

3.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do con-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





trato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3.12 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.4 O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7 O disposto nos **itens 3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9 A vedação de que trata o **item 3.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10 Em tempo, será analisado também:

3.10.1 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Candeias do Jamari/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções)**;

3.10.2 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções)**;

3.10.3 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 O licitante interessado **poderá, se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendi-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





mento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.7 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.9 A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4 ou 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;

4.3.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

4.3.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

4.3.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.3.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

4.3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

4.3.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total;
- b) Marca/Modelo nos casos das peças;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**.

d-1) Para melhor análise da Proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/ catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados.

d-2) A não solicitação da Comissão de Análise Técnica não exime a CONTRATADA da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;





5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Da Abertura da Sessão:

6.1.1 A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2 Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2 Da Classificação das Propostas:

6.2.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2 As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3 Da Formalização de Lances:

6.3.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

6.3.4 O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable;

6.3.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.3.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

6.3.7 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.3.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.9 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

a) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.3.11 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

6.3.12 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

6.3.13 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

a) A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.3.14 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

6.3.15 No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br/>;

6.3.16 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

6.4 Do Benefício às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte:

6.4.1 A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação;

6.4.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II – Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na





ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6 Nos casos em que o **sistema LICITANET** não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2 O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





7.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8 – DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA:

8.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1 O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do **Pregoeiro**, ambas as opções devidamente justificadas;

8.1.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2 A proposta enviada via sistema, após convocação do **Pregoeiro**, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1 O envio da proposta de preços ajustada, e seus anexos (QUANDO SOLICITADO), deverá ser anexada corretamente no sistema licitanet, sendo esta compactada arquivo único (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG OU PDF), tendo em vista que há apenas um campo de inserção.

8.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Pregoeiro**, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o **Pregoeiro**, poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS**.

8.8 Das Correções Admissíveis;

8.1.1 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

- Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos





por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

8.9 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

9 – DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.cnj.jus.br/improbidade-adm/consultar-requerido.php>);

9.1.3 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4 **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

a) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

a) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#));

b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));

c) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));

d) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

e) Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.3.1 e 4.3.6** deste edital.

9.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro





examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.5 Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

- 9.5.1 Contiver vícios insanáveis;
- 9.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;
- 9.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.7.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.7.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

9.7.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que





não haja majoração do preço.

9.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo **Pregoeiro**, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16 Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º e art. 6º, §4º](#)).

10.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) Minutos**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

10.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





10.5.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

10.5.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) o [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), obriga a apresentação dessa declaração.

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CPF/CNH/outro) ou sócio administrador.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

e) **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual** - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

f) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

h) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

i) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

j) **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

k) **Empresas organizadas em CONSÓRCIO**: compromisso de Constituição de Consórcio e documentos contratuais de cada empresa integrante.





l) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;

10.10 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- f) Certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.2.1.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato é uma medida essencial para garantir a soli-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





dez financeira da contratada, mitigar riscos, assegurar capacidade de investimento, proporcionar segurança ao contratante, cumprir normas legais, garantir a sustentabilidade do projeto e estabelecer um critério objetivo de seleção. Esta medida visa proteger os interesses do contratante e assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato.

b.2.2.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência. Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança do projeto, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

10.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.12.1 As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação.

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo **Pregoeiro**.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo **Pregoeiro** caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

10.12.2 A documentação referente a **HABILITAÇÃO JURÍDICA/ FISCAL-TRABALHISTA/ ECONÔMICA/ TÉCNICA** acima citado nos Itens 10.9, 10.10, 10.11 e 10.12, deverá ser inserida no sistema, quanto solicitado juntamente com os demais Documentos de Habilitação, o não envio, e a ausência ou falta de qualquer documentação acima citado acarretará sob pena de inabilitação.

10.12.3 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue;
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.12.4 No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

10.13 OUTROS DOCUMENTOS

10.13.1 Das Declarações que deverão ser marcadas no Sistema de licitações, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV).
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- g) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;
- h) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.
- j) Declaração de autenticidade, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- l) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

10.13.2 A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o agente condutor solicitar, de forma





complementar, o envio das referidas declarações.

10.13.3 A documentação de habilitação anexada no **sistema LICITANET** terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando.

10.13.4. A documentação solicitada, deverá ser anexada corretamente no **sistema LICITANET**, sendo a mesma compactada em 01 (um) único arquivo (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG ou PDF), tendo em vista que o campo de inserção é único.

10.13.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11 – DOS RECURSOS

11.1 Após a fase de **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas **RAZÕES**, sua intenção de recorrer.

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





são;

11.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 O prazo para apresentação das **CONTRARRAZÕES** ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8 A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **DECISÃO** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto ao **Portal Transparência** desta **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO**, endereço constante neste Edital.

11.12 Da Reabertura da Sessão Pública;

11.12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

- a) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("**DISPARADO AVISO**"), o qual chega junto ao e-mail dos licitantes participantes.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) itens **ADJUDICANDO-O**.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





12.2 Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **Pregão Eletrônico** constarão de ata divulgada no **Sistema Eletrônico** <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela **Autoridade Competente** que decidiu o recurso.

12.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da **Autoridade Competente** e só poderá ser realizada depois da **ADJUDICAÇÃO**.

12.5 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à **Autoridade Competente** para decidir acerca dos atos do **Pregoeiro**.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

13.2 Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:

13.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- f) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.5 Fraudar a licitação;

13.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 Advertência;

13.3.2 Multa;

13.3.3 Impedimento de licitar e contratar e

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os moti-





vos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

13.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **60 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.5.1 Para as infrações previstas nos itens **13.2.1**, **13.2.2** e **13.2.3**, a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.

13.5.2 Para as infrações previstas nos itens **13.2.4**, **13.2.5**, **13.2.6**, **13.2.7** e **13.2.8**, a multa será de **0,5% à 30%** do valor do contrato licitado.

13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1**, **13.1.2** e **13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Candeias do Jamari/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4**, **13.1.5**, **13.1.6**, **13.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

13.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





13.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (cinco) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** através da **PLATAFORMA LICITANET**, não será aceito Pedidos de Impugnação ou esclarecimentos feitos via e-mail.

14.4 A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.licitanet.com.br/>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

14.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.8 Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

15 – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

15.1 Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

15.2 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do **sistema (LICITANET)** antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

15.3 A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.





15.5 Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

15.6 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 A Administração Pública se reserva no direito de:

162.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

162.2 Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

16.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

16.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

16.5 Ao Pregoeiro ou a **Autoridade Competente**, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 A **HOMOLOGAÇÃO** do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO**.

16.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.





16.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico**.

16.12 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

16.13 As normas que disciplinam este **Pregão Eletrônico** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

16.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do **CONTRATADO** de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

16.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

16.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

16.17 Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

16.18 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

16.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/>.

16.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

16.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo email: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br, ou na sede **Prefeitura de Candeias do Jamari/RO**.

16.22 Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO**, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. ANEXOS

17.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Estudo Técnico Preliminar

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



Anexo III	Análise de risco
Anexo IV	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo V	Modelo de Proposta Comercial
Anexo VI	Declaração de Autenticidade
Anexo VII	Declaração de Sustentabilidade Ambiental
Anexo VIII	Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.
Anexo IX	Minuta da Ata de Registro de Preços Cadastro Reserva
Anexo X	Minuta do Contrato

Candeias do Jamari - RO, **29 de janeiro de 2026**.

Pregoeiro Designado:

RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeiro Decreto nº 599/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

Termo de Referência 160/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
160/2025	980681-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO	IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA	24/11/2025 15:12 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		0003837.02.01-2025

1. Definição do objeto

1.1 O presente TERMO DE REFERÊNCIA tem por objetivo AQUISIÇÃO DE FIREWALL NGFW de próxima geração com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari RO.

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 Aquisição de Firewall NGFW e próxima geração com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO					
ITEM	OBJETO/ DESCRIMINAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Firewall de Próxima Geração - NGFW): Controle Granular de Aplicações: Inspeção profunda de aplicações e protocolos para controle baseado em política sobre usuários e grupos. Prevenção de Ameaças Abrangente: Prevenção de Intrusão (IPS) baseada em análise de ataques, filtragem de URL (incluindo tráfego SSL criptografado), e proteção contra vírus/malware através de um motor de detecção unificado. Capacidades de Rede Avançadas: Suporte a modos de operação NAT/roteamento, transparente (bridge) e misto. Integração com SmartDNS para balanceamento de carga de tráfego. Autenticação de Usuário: Suporte a múltiplos métodos como Local, TACACS+, RADIUS, LDAP, senha, SMS, certificados, etc. VPN de Alto Desempenho: Aceleração de hardware embutida para implantações de VPN IPsec/SSL em larga escala. Gerenciamento: Suporte ao gerenciamento centralizado por plataforma em nuvem. Armazenamento: 256 GB de armazenamento onboard e opção de expansão (até 2 TB) para retenção de logs mais longa. Métrica de Desempenho: Throughput de Firewall (FW) entre 20 Gbps e 40 Gbps; Throughput de IPsec VPN 12 Gbps e 25 Gbps; Throughput de Antivírus (AV) 5 Gbps e 10 Gbps; Throughput de Sistema de Prevenção de Intrusão (IPS) entres 7 Gbps e 14 Gbps; Throughput	UND	1	R\$ 49.155,66	R\$ 49.155,66

	IMIX entre 8 Gbps e 16 Gbps; Throughput de Proteção contra Ameaças (Threat Protection) entre 3 Gbps e 6 Gbps; Novas Sessões/s entre 300.000 e 600.000; Sessões Concorrentes Máximas (Padrão/Máximo) entre 10 Milhões e 15 Milhões. Portas de E/S (I/O Ports) Fixas: GE Ports: 4 (com suporte a one pair bypass - um par de desvio); interfaces rj-45 10/100/1000mbps incluída interface gerenciamento. SFP Ports: 4; SFP+ Ports: 2; Slots de Expansão: 4 slots genéricos para módulos de expansão (como IOC-8GE-M, IOC-8SFP-M, IOC-8SFP+, etc.). Informações Físicas e Elétricas: Formato: 2U Rack Mountable; Dimensões (L x P x A): Aproximadamente 440 x 520 x 88 mm (17.3 x 20.5 x 3.5 in); Peso: Aproximadamente 12.3 kg (27.1 lb); Fonte de Alimentação: Dupla redundante, hot-swappable (AC ou DC); Temperatura de Operação: 0°C 40° (32°F a 104°F). Com garantia estendida para 05 anos.				
02	serviços de instalação de firewall e treinamento oficial de firewall.	SERV.	1	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
03	Rack Servidor Piso Desmontável: totalmente parafusada em chapa de aço SAE 1020. BASE: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com passagem de cabo. Pés niveladores confeccionados em aço e polipropileno. FUNDO: O rack possui fundo aberto, caso queira com fundo fechado, informar no campo, perguntas. PORTA FRONTAL REMOVÍVEL: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com visor de acrílico fumê de espessura de 2 mm e fechadura escamoteável. PLANOS DE FIXAÇÃO FRONTAL COM REGULAGEM DE MEIO "U": confeccionados em chapa de aço SAE 1020, e com regulagem de profundidade. LATERAIS E FUNDOS REMOVÍVEIS: confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aletas de ventilação e fechos rápidos em poliamida. TETO: confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aberturas para instalação de 04 (quatro) ventiladores. ACABAMENTO: pintura eletrostática a pó texturizada com tratamento de superfície. Acompanha kit de 1º e 2º planos, com furos de 9,9mm para porca gaiola. PESO: entre 20 e 30 KG. MEDIDAS EXTERNAS: ALTURA = 0,88 CM / LARGURA = 0,60 CM / PROFUNDIDADE 0,77 CM. MEDIDAS INTERNAS: ALTURA = 0,77 CM / LARGURA = 0,55 CM / PROFUNDIDADE 0,70 CM.	UND	1	R\$ 2.617,26	R\$ 2.617,26
TOTAL				R\$ 54.872,92	

1.2.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.4 O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses podendo ser Prorrogado na Forma do artigo 105 E 107 da Lei 14.133/21, contados a partir da assinatura do contrato.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está fundamentada na Lei 14.133/21 e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar presente nesse processo.

2.2. JUSTIFICATIVA

2. 2.1 A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de reforçar a segurança da infraestrutura de rede e das informações institucionais, por meio da Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de solução equipamento de Firewall de próxima geração (Next Generation Firewall – NGFW), com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado.

2.2.2 A aquisição de uma solução de equipamentos firewall faz-se necessária tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari atualmente não dispõe de equipamento próprio capaz de realizar o controle, monitoramento e proteção adequada da rede de dados institucional. Conforme a justificativa nos autos deste processo ID: 20329C. A infraestrutura de segurança utilizada é provida por meio de contrato de locação de firewall, cuja vigência encontra-se próxima do término, o que poderá resultar em descontinuidade dos serviços essenciais de proteção do ambiente tecnológico municipal.

2.2.3 O sistema de firewall funciona como um filtro eletrônico que examina o tráfego de dados da rede, sinalizando e protegendo as operações de transmissão ou recebimento de dados conforme regras, permissões e perfis de proteção que são realizadas dentro de suas configurações. Devido a essa característica, o adequado funcionamento do firewall apresenta-se como um elemento crucial para operação e segurança cibernética dos serviços tecnológicos no âmbito da Prefeitura Municipal.

2.2.4 Com a aquisição da solução pretende-se assegurar maior proteção ao ambiente de rede, garantindo confiabilidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados públicos, em conformidade com as boas práticas de segurança da informação e com as exigências da Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

2.2.5 Além disso, a implementação de firewall próprio possibilitará melhor gestão do tráfego de rede, monitoramento em tempo real e bloqueio de ameaças externas e internas, promovendo a modernização e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

2. 2.6 Portanto, pode-se destacar que aquisição de um firewall de próxima geração é um investimento que apresentará grandes benefícios para todos os Órgãos pertencentes à Prefeitura Municipal. Isso se evidencia por ele trazer um maior nível de segurança a todos os usuários da rede e a todos os equipamentos ativos na rede sistemas computacionais disponibilizados pela Prefeitura Municipal, além de garantir mais eficiência e qualidade para utilizar a Internet. Dessa forma, a contratação é necessária, assegurando a continuidade da proteção dos dados institucionais e dos serviços digitais oferecidos à população, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3 Necessidades de Negócio

2.3.1. Aquisição de solução de firewall de próxima geração - NGFW, provendo visibilidade detalhada e controle do tráfego e proteção da rede.

2.3.2. Prover proteção contra-ataques que exploram vulnerabilidade das aplicações da Prefeitura Municipal.

2.3.3. Prover proteção contra-ataques na borda da rede da Prefeitura Municipal, por meio da inspeção do tráfego de entrada e saída da rede.

2.3.4. Alta disponibilidade das soluções de proteção da rede.

2.3.5. Garantir o acesso balanceado e otimizado às aplicações.

2.3.6. Prover performance e acesso seguro e confiável às aplicações.

2.3.7. Garantir a publicação na internet das aplicações da Prefeitura Municipal.

2.3.8. Adequação às legislações vigentes, tais como LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e Marco Civil da Internet Lei nº 12.965/2014).

2.3.9. Manter a integridade dos dados e das informações sensíveis dos sistemas da Prefeitura Municipal.

2.3.10. Melhorar o nível de qualidade do serviço das aplicações internas da Prefeitura Municipal..

2.3.11. Melhorar a experiência do usuário ao acessar os serviços da Prefeitura Municipal. fora da rede interna.

2.3.12. Prover o acesso com segurança a rede corporativa dos servidores em trabalho remoto.

2.3.13. Atender à Política de Segurança da Informação nos Órgãos e Entidades da Administração Pública.

2.3.14 Garantir a qualidade, o desempenho e a alta disponibilidade das informações e dos equipamentos da Prefeitura Municipal.

2.3.15. Garantir a continuidade dos serviços aos usuários da Prefeitura Municipal..

- 2.3.16. Manter a infraestrutura de alto desempenho adequada para o tráfego de informações e sistemas críticos de TIC.
- 2.3.17. Manter o licenciamento em conformidade com o parque tecnológico.
- 2.3.18. Manter o parque tecnológico atualizado e padronizado.
- 2.3.19. Obter atualizações, correções e evoluções durante o período de vigência do contrato.
- 2.3.20. Capacidade de suportar ataques e ajustar o ambiente para fazer frente as mudanças ou restabelecimento dos serviços de forma mais célere em caso de problemas na rede.
- 2.3.21. Prover escalabilidade, redundância e resiliência para os serviços de tecnologia da informação da Prefeitura Municipal.
- 2.3.22. Prover disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações.
- 2.3.23. Detalhamento dos Bens, Soluções e Serviços.
- 2.3.23.1. O detalhamento das especificações e características dos bens, soluções e serviços decorrentes, se encontram no termo de referência e do presente Estudo.

2.4 Necessidades Tecnológicas

- 2.4.1. Proteção do perímetro da rede, inspeção dos pacotes da rede local e de entrada e saída da rede de dados da Prefeitura Municipal.
- 2.4.2. Proteção contra-ataques que exploram vulnerabilidades em nível de aplicação.
- 2.4.3. Prover proteção granular contra-ataques da camada de aplicação.
- 2.4.4. Filtrar o conteúdo WEB e controle das aplicações.
- 2.4.5. Detecção e mitigação de tentativas de intrusão.
- 2.4.6. Proteção contra malwares.
- 2.4.7. Prover IPS (Intrusion Prevention System) para prevenção de intrusão.
- 2.4.8. Provisionar acesso externo seguro via VPN - Virtual Private Network.
- 2.4.9. Proporcionar túneis de conexão entre pontos da Prefeitura Municipal com tráfego de dados de forma criptografada.
- 2.4.10. Prover balanceamento de carga e de tráfego.
- 2.4.11. Prover publicação das aplicações.
- 2.4.12. Análise de tráfego criptografado.
- 2.4.13. Determinar de forma dinâmica o melhor caminho para tráfego entre os links de dados.
- 2.4.14. Proporcionar relatórios gerenciais de monitoramento e controle para os diversos tipos de ameaças.
- 2.4.15. Gerenciar as soluções de firewall de maneira centralizada, otimizando a administração de toda a solução.
- 2.4.16. Proteção contra-ataques, balanceamento e publicação de DNS.

2.4.17. Sistemas de segurança IPS

2.4.17.1. Os sistemas de segurança IPS (proteção contra intrusão), são fundamentados nas funções de monitorar o tráfego de rede, identificar atividades maliciosas, gerar informações de log sobre estas atividades e tentar bloquear ou interrompê-las. Em geral, IPS é uma solução de segurança ativa. Um uso eficiente de Sistema de Prevenção de Intrusão pode por exemplo, descartar um pacote que ele considere malicioso e bloquear todo o tráfego desse endereço IP ou porta. O tráfego que é considerado legítimo ou seguro, será encaminhado ao destinatário sem aparente interrupção ou atraso no serviço. Os mecanismos de detecção realizam o monitoramento e análises dos padrões de tráfego, bem como pacotes individuais, incluindo a correspondência de endereço, cadeia

de caracteres e substring HTTP, análise de conexão TCP, detecção de anomalias de pacotes e anomalias de tráfego na comunicação de portas TCP/UDP.

2.4.18. Firewall de Aplicação Web - WAF

2.4.18.1. O WAF é um tipo de firewall criado para combater as ameaças que estão além das capacidades dos firewalls tradicionais. Ele cria uma barreira entre o seu serviço baseado na web e todo o resto da Internet, bloqueando e protegendo sua aplicação de ações criminosas, como manipulação de conteúdo exibido, conhecida como “pixação”, injeções indevidas em banco de dados de padrão SQL (Structured Query Language) ou simplesmente “SQL Injection”, determinados tipos de fraudes em acesso administrativo e várias outras espécies de ciberataques.

3. Descrição da solução

3.1. Como visto no Estudo Técnico Preliminar, a melhor e mais viável solução para a Prefeitura Municipal é a aquisição de uma solução de equipamentos firewall de próxima geração (NGFW) com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado. pois além de melhor custo-benefício em diversas questões técnicas, atende na totalidade os requisitos esperados pela equipe segurança da informação e necessidades da Administração. Será contratação através de pregão eletrônico-lote único, disposto na lei Art. 28 e Art. 40 da lei 14.133/21.

3.2 Além de oferecer um nível maior de segurança à rede, os firewall de próxima geração e de aplicação, com uma maior capacidade de processamento, possibilitam a implementação de novos serviços, como por exemplo, análise do tráfego. Com isso, seria possível ter uma visualização detalhada da utilização da rede e das aplicações utilizadas. Adicionalmente, o processo de identificação de ameaças são facilitados e permitem a aplicação de políticas de segurança mais eficientes.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos sociais, ambientais e culturais.

4.1.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão trajar-se de maneira adequada, quando no ambiente da Prefeitura Municipal., e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os servidores da Prefeitura Municipal. e usuários, em consonância com as regras e normas internas.

4.1.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de modo a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material.

4.1.3. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

4.2. Requisitos de adequação do ambiente da Prefeitura Municipal. para viabilizar a execução contratual

4.2.1. Será necessário disponibilizar espaço para acomodação dos equipamentos e acessórios na Coordenação de Centro de Dados, da Diretoria de Tecnologia.

4.2.2. Os racks de equipamentos deverão ter um espaço de 1 U por equipamento e infraestrutura elétrica e de climatização necessária.

4.3.1 Requisitos de Capacitação

4.3.1.1 A transferência de conhecimento deve garantir que toda a informação gerada durante os processos de instalação e migração seja integralmente apresentada pela equipe da contratada, por meio de métodos expositivos, realização prática das atividades, apresentação de resumos, esquemas, relatórios ou qualquer outro documento que viabilize ou facilite a absorção da tecnologia do novo ambiente pela equipe da contratante.

4.4.1 Requisitos Legais

4.4.1.1 Deverão ser cumpridos os procedimentos, normas, modelos e regulamentos vigentes na Prefeitura Municipal.

4.4.1.2. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as seguintes legislações vigentes:

4.4.1.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações);

4.4.1.2.2. Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de proteção de Dados Pessoais - LGPD, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

4.4.1.2.3. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta os novos procedimentos para realização do pregão eletrônico nas aquisições de bens e contratações de serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, bem como dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

4.4.1.2.4. Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

4.4.1.2.5. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.4.1.2.6. Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, estabelece o modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.5. Requisitos de Garantia, Suporte e Manutenção

4.5.1. O prazo de execução da garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 5 anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do termo de recebimento definitivo do objeto.

4.5.2. O prazo de execução contratual do suporte e manutenção, é de, no mínimo, 5 anos, disposto no Art. 105 e 107 da Lei 14.133 /2021 contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do termo de recebimento definitivo do objeto.

4.5.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.5.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.5.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.5.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.5.7. A Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito.

4.5.8. Durante a execução contratual será possível a troca dos equipamentos por versão superiores as estabelecidas neste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional a CONTRATANTE, caso os produtos apresentem defeito no período de vigência contratual. Entretanto, é necessária aceitação prévia e formal da equipe de gestão e fiscalização contratual.

4.5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

4.5.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.5.11. Os requisitos e procedimentos referentes a garantia e suporte da solução, encontram-se pormenorizados no do Termo de Referência.

4.5.12. O detalhamento dos requisitos de garantia e suporte encontram-se pormenorizados no Termo de Referência.

4.5.13. Duração da garantia e suporte

4.5.13.1. Nos processos de aquisições de bens de Tecnologia da Informação - TI, devido às suas características técnicas e por serem investimentos de alto custo, será sempre necessário que esses bens sejam acompanhados de uma garantia e de suporte para fins de assegurar o perfeito funcionamento da solução.

4.5.13.2. Em orientações anteriores de “BOAS PRÁTICAS, ORIENTAÇÕES E VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE ATIVOS DE TIC”, a antiga Secretaria de Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento (Portaria MP/STI nº 20/2016) padronizou que, nas elaborações das especificações técnicas de ativos de TI, deveriam ser observados:

“1.2.1 Os ativos de TI devem ser adquiridos com garantia de funcionamento provida pelo fornecedor durante sua vida útil, salvo quando justificado o contrário e com relação ao ativo em específico.”

1.2.2. Tal procedimento se justifica pelo fato de que, de forma geral a contratação, a posteriori, de serviços de manutenção para ativos fora de garantia, usualmente é mais onerosa para a Administração do que quando o bem é adquirido com garantia para toda sua vida útil. Ainda, os contratos de manutenção têm seus custos elevados na medida em que os bens mantidos se tornam obsoletos. Ou seja, quanto mais antigo for o ativo de TI, menor seu valor comercial e maior será seu custo de manutenção, devido à dificuldade de provimento de peças de reposição e do maior risco do fornecedor descumprir os níveis de serviço exigidos para reparo desses equipamentos.

1.2.3. Tem-se, portanto, que um dos fatores que para definição do posicionamento adequado da tecnologia (item 1.1) é o tempo de vida útil previsto para utilização do ativo e, por conseguinte, o tempo de garantia de funcionamento a ser contratado.”

4.5.13.3. Se estabeleceu também a vida útil dos Ativos de Rede, tais como servidores de rede, aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros:

“1.4.5.1 Para aquisição de servidores de rede, aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros, deve-se considerar o tempo de vida útil mínimo de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.”

4.5.13.4. Ressalta-se que os equipamentos a serem adquiridos nessa contratação, firewalls de próxima geração e de aplicações Web, são equipamentos de rede, de segurança e de aplicação, e, portanto, considera-se o tempo de vida útil desses equipamentos de no mínimo 5 anos (60 meses), devendo ser adquiridos com garantia de funcionamento (suporte e garantia) provida pelo fornecedor durante sua vida útil.

4.6 Requisitos de Arquitetura Tecnológica - especificação técnica

ITEM	OBJETO/DESCRIMINAÇÃO
01	Firewall de Próxima Geração - NGFW): Controle Granular de Aplicações: Inspeção profunda de aplicações e protocolos para controle baseado em política sobre usuários e grupos. Prevenção de Ameaças Abrangente: Prevenção de Intrusão (IPS) baseada em análise de ataques, filtragem de URL (incluindo tráfego SSL criptografado), e proteção contra vírus/malware através de um motor de detecção unificado. Capacidades de Rede Avançadas: Suporte a modos de operação NAT/roteamento, transparente (bridge) e misto. Integração com SmartDNS para balanceamento de carga de tráfego. Autenticação de Usuário: Suporte a múltiplos métodos como Local, TACACS+, RADIUS, LDAP, senha, SMS, certificados, etc. VPN de Alto Desempenho: Aceleração de hardware embutida para implantações de VPN IPsec/SSL em larga escala. Gerenciamento: Suporte ao gerenciamento centralizado por plataforma em nuvem. Armazenamento: 256 GB de armazenamento onboard e opção de expansão (até 2 TB) para retenção de logs mais longa. Métrica de Desempenho: Throughput de Firewall (FW) entre 20 Gbps e 40 Gbps; Throughput de IPsec VPN 12 Gbps e 25 Gbps; Throughput de Antivírus (AV) 5 Gbps e 10 Gbps; Throughput de Sistema de Prevenção de Intrusão (IPS) entre 7 Gbps e 14

	Gbps; Throughput IMIX entre 8 Gbps e 16 Gbps; Throughput de Proteção contra Ameaças (Threat Protection) entre 3 Gbps e 6 Gbps; Novas Sessões/s entre 300.000 e 600.000; Sessões Concorrentes Máximas (Padrão/Máximo) entre 10 Milhões e 15 Milhões. Portas de E/S (I/O Ports) Fixas: GE Ports: 4 (com suporte a one pair bypass - um par de desvio); interfaces rj-45 10 /100/1000mbps incluída interface gerenciamento. SFP Ports: 4; SFP+ Ports: 2; Slots de Expansão: 4 slots genéricos para módulos de expansão (como IOC-8GE-M, IOC-8SFP-M, IOC-8SFP+, etc.). Informações Físicas e Elétricas: Formato: 2U Rack Mountable; Dimensões (L x P x A): Aproximadamente 440 x 520 x 88 mm (17.3 x 20.5 x 3.5 in); Peso: Aproximadamente 12.3 kg (27.1 lb); Fonte de Alimentação: Dupla redundante, hot-swappable (AC ou DC); Temperatura de Operação: 0°C 40° (32°F a 104°F). Com garantia estendida para 05 anos.
02	serviços de instalação de firewall e treinamento oficial de firewall.
03	Rack Servidor Piso Desmontável: totalmente parafusada em chapa de aço SAE 1020. BASE: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com passagem de cabo. Pés niveladores confeccionados em aço e polipropileno. FUNDO: O rack possui fundo aberto, caso queira com fundo fechado, informar no campo, perguntas. PORTA FRONTAL REMOVÍVEL: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com visor de acrílico fumê de espessura de 2 mm e fechadura escamoteável. PLANOS DE FIXAÇÃO FRONTAL COM REGULAGEM DE MEIO "U": confeccionados em chapa de aço SAE 1020, e com regulagem de profundidade. LATERAIS E FUNDOS REMOVÍVEIS : confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aletas de ventilação e fechos rápidos em poliamida. TETO: confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aberturas para instalação de 04 (quatro) ventiladores. ACABAMENTO: pintura eletrostática a pó texturizada com tratamento de superfície. Acompanha kit de 1º e 2º planos, com furos de 9,9mm para porca gaiola. PESO: entre 20 e 30 KG. MEDIDAS EXTERNAS: ALTURA = 0,88 CM / LARGURA = 0,60 CM / PROFUNDIDADE 0,77 CM. MEDIDAS INTERNAS: ALTURA = 0,77 CM / LARGURA = 0,55 CM / PROFUNDIDADE 0,70 CM.

4.7 Serviços de instalação de firewall

4.7.1 A contratada deverá prestar serviços de instalação e configuração da solução, que compreendem, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Reuniões de alinhamento para criação do escopo do projeto previamente a instalação;
- Instalação física de todos os equipamentos (hardware) e licenças (softwares) adquiridos no local determinado pela equipe responsável pelo projeto por parte da contratante (DTI). Quando aplicável, considerar instalação em modo Alta Disponibilidade (ativo/passivo);
- Análise da topologia e arquitetura da rede, considerando todos equipamentos já existentes e instalados;
- Análise do acesso à Internet, sites remotos, serviços de rede oferecidos aos funcionários e aos usuários externos;
- Migração das regras de firewall existentes e aplicáveis à solução ofertada, considerando a adequação às políticas de aplicações em camada;
- Análise do posicionamento de qualquer outro equipamento ou sistema relevante na segurança de qualquer perímetro protegido pela solução;
- Configuração do sistema de firewall, VPN, IPS, Filtro URL, Anti-vírus e Anti-malware de acordo com as exigências levantadas;
- Toda configuração de sistema (políticas gerais, objetos, itens de administração) deverá ser realizada de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo fabricante da solução ofertada. O fabricante da solução ofertada deverá disponibilizar ferramenta gratuita (ou incluir nos custos de serviço) para acompanhamento da evolução da parametrização de proteção dos firewalls a fim de garantir a melhor eficiência da solução durante o período de vigência das licenças;
- Configuração do sistema de gerenciamento centralizado considerando adição dos novos appliances;
- Durante a implantação da solução a equipe da Contratada deverá repassar as informações para a equipe da Prefeitura Municipal apresentando as configurações realizadas nos equipamentos, a topologia final e procedimentos executados;
- O processo de implantação deverá ser devidamente documentado pela Contratada, que deverá apresentar relatório com o detalhamento do processo realizado ao final da implantação contendo todas as configurações efetuadas e as decisões tomadas em formato legível e tecnicamente fundamentado;

m) Os serviços de instalação e configuração deverão ser realizados por técnico certificado oficialmente pelo fabricante da solução ofertada ou pelo próprio fabricante.

n) A instalação física de todos os equipamentos (hardware) e licenças (softwares) adquiridos deverá ocorrer no local determinado pela equipe responsável pelo projeto por parte da contratante.

4.8 Treinamento oficial de firewall

4.8.1 contratada deverá disponibilizar vouchers para treinamento oficial do fabricante;

4.8.2 O treinamento deverá ser ministrado abrangendo teoria e prática de implantação, configuração, administração e solução de problemas no ambiente deste órgão, bem como assuntos teóricos relacionados;

a) Deverá conter no mínimo a seguinte ementa:

b) Arquitetura e Plataforma;

c) Configuração Inicial;

d) Configuração de Interface;

e) Políticas de Segurança e NAT;

f) Identificação de Aplicações;

g) Identificação de Conteúdo Básico;

h) Filtro URL;

i) Criptografia;

j) Sandboxing de ameaças avançadas;

l) Identificação de Usuários;

m) VPN;

n) Monitoramento e Relatórios;

o) Configuração de Alta Disponibilidade (redundância);

p) Demais assuntos pertinentes a solução;

q) O treinamento terá duração de, no mínimo, 5 (cinco) dias e ministrado em horário comercial e deverá ser realizado pelo fabricante ou parceiro certificado e autorizado pelo fabricante a ministrar treinamentos, preferencialmente de forma presencial nas instalações do fabricante ou do parceiro autorizado e deverá oferecer material didático e certificado de conclusão. As despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação serão de responsabilidade da contratante.

4.9 Requisitos de Implantação

- A implantação da solução deverá ser realizada por profissionais especializados da contratada, que possuam certificação do fabricante da solução adquirida, ou pelo próprio fabricante.
- A implantação da solução deverá ocorrer com participação direta dos técnicos da Prefeitura Municipal que atuarão na solução.
- A implantação deverá abranger:
 - Integração da solução com a infraestrutura atual da Prefeitura Municipal;
 - Migração das regras de firewall existentes;
 - Configuração das funcionalidades suportadas pela solução e descritas no presente Termo de Referência;
 - Demais requisitos apresentados no item 4.17 no referente ao serviço de instalação de firewall.
- As informações referentes à implantação deverão estar presentes no projeto de instalação.
- A Contratada deverá fornecer documentação completa da solução, incluindo especificação do equipamento, características, funcionalidades, comentários e configurações executadas.

- O processo de implantação deverá ser devidamente documentado pela Contratada, que deverá apresentar relatório com o detalhamento do processo realizado ao final da implantação como requisito para o aceite definitivo.
- A instalação/configuração deverá ser realizada de tal forma que as interrupções no ambiente de produção da Prefeitura Municipal sejam as mínimas possíveis e estritamente necessárias.

4.10 Requisitos de Garantia

- Os itens adquiridos nesse processo deverão possuir garantia do fabricante ou autorizada no Brasil, para hardware e licenças de software, com validade mínima de 5 anos contados a partir do recebimento definitivo da solução.
- Como comprovação de autorizada, deverá ser apresentado documento com informações da empresa prestadora da assistência técnica com sua identificação, endereço, CNPJ, responsável técnico e região de atuação.
- A garantia deverá respeitar os requisitos de manutenção e suporte descritos no item 7.13. Requisitos de Manutenção.

4.11 Subcontratação

4.11.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.12 Sustentabilidade:

4.12.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.12.1.1 A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se o disposto na Lei no 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

4.12.1.2 É dever da CONTRATADA observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.13 Garantia da contratação

4.13.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é 30 (trinta) de dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. LOCAL DE ENTREGA: A Licitante vencedora deverá efetuar a entrega dos serviços, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00, situada na Avenida Tancredo Neves, 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia, CEP: 76.860- 000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60, E-mail: semg@candeiasdojamari.ro. gov. br, no Município de Candeias do Jamari- RO.

5.4 Caso não haja expediente na data marcada para a entrega dos materiais, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local, sendo de responsabilidade do fornecedor entrar em contato para informar a previsão de entrega e certificar-se de funcionamento do órgão.

5.5 A entrega é inteiramente de responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

5.6 A entrega dos itens deve ser em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia. A nota fiscal deverá ser apresentada na entrega do material, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9 .DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO

- Para a solução descrita no item 01, ofertada, a contratada deverá efetuar a instalação, configuração e customização inicial no equipamento servidor disponibilizado pela Prefeitura;
- A instalação deverá ser realizada por técnicos treinados da própria contratada, e ocorrerão em horários a serem combinados com o Departamento de Informática da Prefeitura Municipal, de forma a evitar que prejudique as atividades normais das repartições públicas municipais;
- Toda a despesa de deslocamento, hospedagem e refeição deve ser de responsabilidade da contratada.

5.10 PRAZO, LOCAL E HORÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- O prazo para a instalação da solução descritos no Termo de Referência para que estejam em pleno funcionamento, será de 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato. O prazo poderá ser estendido, perante solicitação da contratada justificando o motivo, ficando a critério da Prefeitura aceitar ou não o pedido.
- Os serviços de instalação da solução tecnológica deverão ser realizados na sede da Prefeitura Municipal, no Departamento de Informática, localizado
- Caso seja necessário data e horário que não sejam dentro do expediente, favor informar com antecedência o Departamento de Informática. Situada na Avenida Tancredo Neves, 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia, CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60, E-mail: semg@candeiasdojamari.ro.gov.br, no Município de Candeias do Jamari- RO.

5.11 TREINAMENTO

- A contratada deverá ministrar treinamento relativo à operacionalização, manuseio, configuração e utilização da solução, visando garantir a transferência de conhecimento para mínimo 3 (três) funcionários indicadas pela contratante;
- O conteúdo programático da capacitação deverá prever todas as funções necessárias para a correta operação dos serviços previstos por parte dos usuários.
- As datas e horários para a realização dos treinamentos serão definidos pela contratante em comum acordo com a contratada;
- A contratada será responsável por especificar o ambiente necessário à capacitação, prover o material de acompanhamento do conteúdo das ferramentas de gestão.
- O treinamento presencial;
- Caso seja presencial, a Prefeitura fará à indicação do local em sua sede, a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari se responsabilizará nos treinamentos presenciais, pela sala, recursos audiovisuais e estações de trabalho que se fizerem necessários à capacitação dos representantes a serem capacitados;
- Todas as despesas envolvendo treinamento, viagem, deslocamento, alimentação e hospedagem do(s) instrutor(es), correrão por conta da CONTRATADA.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.16 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.17 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.18 Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.19 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

6.20 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

6.21 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

6.22 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertencam à Administração.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.23 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.24 Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.25 A contratada e seus prepostos, que participarem da execução desta relação contratual, se obrigam a guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, no grau em que tenham sido previamente qualificados pela parte que os forneceu, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da contratante, devendo assinar o Termo de Manutenção de Sigilo e providenciar que os seus funcionários assinem o Termo de Ciência;

6.26 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE acerca da situação dos serviços contratados;

6.28 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

6.29 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

6.30 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

6.31 Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

6.32 Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

6.33 Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.

Das sanções administrativas:

6.34 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a inexigibilidade de licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 7.23.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.35 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.36 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.37 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

6.38 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do Pagamento:

7.9 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, disposto do Decreto Municipal Nº 8.778, de 2023, art. 10), contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.11 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 62 e 63, da lei 14.133 /21.

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.13 A nota fiscal ou fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, situada na Avenida Tancredo Neves - 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia, CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. 7.6. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário na conta indicada pela Detentora da ata de registro de preço.

7.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a detentora da ata de registro de preço não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da fatura/ nota fiscal serão calculados – mediante apresentação de fatura/nota fiscal própria – por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$

$I = 6/100/365$

$I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos disposto do Decreto Municipal Nº 8.778, de 2023, art. 10), para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.16.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, disposto do Decreto Municipal Nº 8.778, de 2023, art. 10), contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IGPM.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, Disposto na lei 14.133, art. 28, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos do último ano.

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.28. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis com o objeto deste procedimento. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

8.28.1 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante fornece(eu) produtos de natureza similar;

8.28.2 O atestado acima referido deverá conter identificação do emitente, características e localização da prestação do serviço, local, data da expedição e declaração do emitente do atestado de que o serviço foi realizado a contento.

DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.29. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.29.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer

8.32. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.33. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 54.872,92

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 54.872,92** (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos),

10. Adequação orçamentária

10.1 Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa abaixo destacada:

Ficha: 158

Unidade Orçamentária: 02.36.00 Secretaria Municipal Geral G.A.P.O.P.I.S.I.E.C

Função/ Sub-Função: 04.122- Administração Geral

Programa: 0141 –Gestão Administrativa da Secretaria Geral

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros –pessoa Jurídica

Ficha: 161

Unidade Orçamentária: 02.36.00 Secretaria Municipal Geral G.A.P.O.P.I.S.I.E.C

Função/ Sub-Função: 04.122- Administração Geral

Programa: 0141 –Gestão Administrativa da Secretaria Geral

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamento Permanente

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Responsável pela elaboração:

Irisneide da Silva Cardoso Lima
Planejamento

Aprovado

EDINEY MARCIO ASSUMPÇÃO QUADROS
Secretário Municipal Geral

Autorizo

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito Municipal

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **LINDOMAR BARBOSA ALVES**, CPF: 325.50*. **2-*3 em **25/11/2025 10:02:15**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10W7.1X02.6153.881E.8108**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPÇÃO QUADROS**, CPF: 692.79*. **2-*0 em **25/11/2025 08:31:39**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **08R3.0431.0396.K44Z.3834**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.0A9.694** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**, CPF: 889.04*. **2-*4 , em **25/11/2025 - 08:03:18**

Código de Autenticidade deste Documento: 08A1.4703.518E.X08E.1177

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

Estudo Técnico Preliminar 159/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 0003837.02.01-2025

2. Descrição da necessidade

2.1. Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda ID:206D245 nos autos deste processo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2. Contextualização

2.2.1 A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de reforçar a segurança da infraestrutura de rede e das informações institucionais, por meio da Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de solução equipamento de Firewall de próxima geração (Next Generation Firewall – NGFW), com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado.

2.2.2 A aquisição de uma solução de equipamentos firewall faz-se necessária tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari atualmente não dispõe de equipamento próprio capaz de realizar o controle, monitoramento e proteção adequada da rede de dados institucional. Conforme a justificativa nos autos deste processo ID: 20329C. A infraestrutura de segurança utilizada é provida por meio de contrato de locação de firewall, cuja vigência encontra-se próxima do término, o que poderá resultar em descontinuidade dos serviços essenciais de proteção do ambiente tecnológico municipal.

2.2.3 O sistema de firewall funciona como um filtro eletrônico que examina o tráfego de dados da rede, sinalizando e protegendo as operações de transmissão ou recebimento de dados conforme regras, permissões e perfis de proteção que são realizadas dentro de suas configurações. Devido a essa característica, o adequado funcionamento do firewall apresenta-se como um elemento crucial para operação e segurança cibernética dos serviços tecnológicos no âmbito da Prefeitura Municipal.

2.2.4 Com a aquisição da solução pretende-se assegurar maior proteção ao ambiente de rede, garantindo confiabilidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e dados públicos, em conformidade com as boas práticas de segurança da informação e com as exigências da Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

2.2.5 Além disso, a implementação de firewall próprio possibilitará melhor gestão do tráfego de rede, monitoramento em tempo real e bloqueio de ameaças externas e internas, promovendo a modernização e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

2.2.6 Portanto, pode-se destacar que aquisição de um firewall de próxima geração é um investimento que apresentará grandes benefícios para todos os Órgãos pertencentes à Prefeitura Municipal. Isso se evidencia por ele trazer um maior nível de segurança a todos os usuários da rede e a todos os equipamentos ativos na rede sistemas computacionais disponibilizados pela Prefeitura Municipal, além de garantir mais eficiência e qualidade para utilizar a Internet. Dessa forma, a contratação é necessária, assegurando a continuidade da proteção dos dados institucionais e dos serviços digitais oferecidos à população, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3 Necessidades de Negócio

2.3.1. Aquisição de solução de firewall de próxima geração - NGFW, provendo visibilidade detalhada e controle do tráfego e proteção da rede.

2.3.2. Prover proteção contra-ataques que exploram vulnerabilidade das aplicações da Prefeitura Municipal.

2.3.3. Prover proteção contra-ataques na borda da rede da Prefeitura Municipal, por meio da inspeção do tráfego de entrada e saída da rede.

2.3.4. Alta disponibilidade das soluções de proteção da rede.

2.3.5. Garantir o acesso balanceado e otimizado às aplicações.

2.3.6. Prover performance e acesso seguro e confiável às aplicações.

2.3.7. Garantir a publicação na internet das aplicações da Prefeitura Municipal.

2.3.8. Adequação às legislações vigentes, tais como LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e Marco Civil da Internet Lei nº 12.965/2014).

2.3.9. Manter a integridade dos dados e das informações sensíveis dos sistemas da Prefeitura Municipal.

2.3.10. Melhorar o nível de qualidade do serviço das aplicações internas da Prefeitura Municipal..

2.3.11. Melhorar a experiência do usuário ao acessar os serviços da Prefeitura Municipal. fora da rede interna.

2.3.12. Prover o acesso com segurança a rede corporativa dos servidores em trabalho remoto.

2.3.13. Atender à Política de Segurança da Informação nos Órgãos e Entidades da Administração Pública.

2.3.14. Garantir a qualidade, o desempenho e a alta disponibilidade das informações e dos equipamentos da Prefeitura Municipal.

2.3.15. Garantir a continuidade dos serviços aos usuários da Prefeitura Municipal..

2.3.16. Manter a infraestrutura de alto desempenho adequada para o tráfego de informações e sistemas críticos de TIC.

2.3.17. Manter o licenciamento em conformidade com o parque tecnológico.

2.3.18. Manter o parque tecnológico atualizado e padronizado.

2.3.19. Obter atualizações, correções e evoluções durante o período de vigência do contrato.

2.3.20. Capacidade de suportar ataques e ajustar o ambiente para fazer frente as mudanças ou restabelecimento dos serviços de forma mais célere em caso de problemas na rede.

2.3.21. Prover escalabilidade, redundância e resiliência para os serviços de tecnologia da informação da Prefeitura Municipal.

2.3.22. Prover disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações.

2.3.23. Detalhamento dos Bens, Soluções e Serviços.

2.3.23.1. O detalhamento das especificações e características dos bens, soluções e serviços decorrentes, se encontram no termo de referência e do presente Estudo.

2.4 Necessidades Tecnológicas

2.4.1. Proteção do perímetro da rede, inspeção dos pacotes da rede local e de entrada e saída da rede de dados da Prefeitura Municipal.

2.4.2. Proteção contra-ataques que exploram vulnerabilidades em nível de aplicação.

2.4.3. Prover proteção granular contra-ataques da camada de aplicação.

2.4.4. Filtrar o conteúdo WEB e controle das aplicações.

2.4.5. Detecção e mitigação de tentativas de intrusão.

2.4.6. Proteção contra malwares.

- 2.4.7. Prover IPS (Intrusion Prevention System) para prevenção de intrusão.
- 2.4.8. Provisionar acesso externo seguro via VPN - Virtual Private Network.
- 2.4.9. Proporcionar túneis de conexão entre pontos da Prefeitura Municipal com tráfego de dados de forma criptografada.
- 2.4.10. Prover balanceamento de carga e de tráfego.
- 2.4.11. Prover publicação das aplicações.
- 2.4.12. Análise de tráfego criptografado.
- 2.4.13. Determinar de forma dinâmica o melhor caminho para tráfego entre os links de dados.
- 2.4.14. Proporcionar relatórios gerenciais de monitoramento e controle para os diversos tipos de ameaças.
- 2.4.15. Gerenciar as soluções de firewall de maneira centralizada, otimizando a administração de toda a solução.
- 2.4.16. Proteção contra-ataques, balanceamento e publicação de DNS.

2.4.17. Sistemas de segurança IPS

2.4.17.1. Os sistemas de segurança IPS (proteção contra intrusão), são fundamentados nas funções de monitorar o tráfego de rede, identificar atividades maliciosas, gerar informações de log sobre estas atividades e tentar bloquear ou interrompê-las. Em geral, IPS é uma solução de segurança ativa. Um uso eficiente de Sistema de Prevenção de Intrusão pode por exemplo, descartar um pacote que ele considere malicioso e bloquear todo o tráfego desse endereço IP ou porta. O tráfego que é considerado legítimo ou seguro, será encaminhado ao destinatário sem aparente interrupção ou atraso no serviço. Os mecanismos de detecção realizam o monitoramento e análises dos padrões de tráfego, bem como pacotes individuais, incluindo a correspondência de endereço, cadeia de caracteres e substring HTTP, análise de conexão TCP, detecção de anomalias de pacotes e anomalias de tráfego na comunicação de portas TCP/UDP.

2.4.18. Firewall de Aplicação Web - WAF

2.4.18.1. O WAF é um tipo de firewall criado para combater as ameaças que estão além das capacidades dos firewalls tradicionais. Ele cria uma barreira entre o seu serviço baseado na web e todo o resto da Internet, bloqueando e protegendo sua aplicação de ações criminosas, como manipulação de conteúdo exibido, conhecida como “pixação”, injeções indevidas em banco de dados de padrão SQL (Structured Query Language) ou simplesmente “SQL Injection”, determinados tipos de fraudes em acesso administrativo e várias outras espécies de ciberataques.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Sec. Munic. Geral de Administração Planejamento Orçamento Projetos Infraestrutura Serviços Indústria Emprego Comércio	Ediney Márcio Assumpção Quadros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos sociais, ambientais e culturais.

4.1.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão trajar-se de maneira adequada, quando no ambiente da Prefeitura Municipal., e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os servidores da Prefeitura Municipal. e usuários, em consonância com as regras e normas internas.

4.1.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de modo a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material.



4.1.3. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

4.2. Requisitos de adequação do ambiente da Prefeitura Municipal. para viabilizar a execução contratual

4.2.1. Será necessário disponibilizar espaço para acomodação dos equipamentos e acessórios na Coordenação de Centro de Dados, da Diretoria de Tecnologia.

4.2.2. O rack de equipamentos deverão ter um espaço de 1 (Um) por equipamento e infraestrutura elétrica e de climatização necessária.

4.3.1 Requisitos de Capacitação

4.3.1. A transferência de conhecimento deve garantir que toda a informação gerada durante os processos de instalação e migração seja integralmente apresentada pela equipe da contratada, por meio de métodos expositivos, realização prática das atividades, apresentação de resumos, esquemas, relatórios ou qualquer outro documento que viabilize ou facilite a absorção da tecnologia do novo ambiente pela equipe da contratante.

4.4.1 Requisitos Legais

4.4.1.1 Deverão ser cumpridos os procedimentos, normas, modelos e regulamentos vigentes na Prefeitura Municipal.

4.4.1.2. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as seguintes legislações vigentes:

4.4.1.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021(Nova Lei de Licitações);

4.4.1.2.2. Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de proteção de Dados Pessoais - LGPD, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

4.4.1.2.3. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta os novos procedimentos para realização do pregão eletrônico nas aquisições de bens e contratações de serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, bem como dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

4.4.1.2.4. Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

4.4.1.2.5. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.4.1.2.6. Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, estabelece o modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.5. Requisitos de Garantia, Suporte e Manutenção

4.5.1. O prazo de execução da garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 5 anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do termo de recebimento definitivo do objeto.

4.5.2. O prazo de execução contratual do suporte e manutenção, é de, no mínimo, 5 anos, disposto no Art. 105 e 107 da Lei 14.133 /2021 contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do termo de recebimento definitivo do objeto.

4.5.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.5.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.5.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.5.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.5.7. A Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito.

4.5.8. Durante a execução contratual será possível a troca dos equipamentos por versão superiores as estabelecidas neste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional a CONTRATANTE, caso os produtos apresentem defeito no período de vigência contratual. Entretanto, é necessária aceitação prévia e formal da equipe de gestão e fiscalização contratual.

4.5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

4.5.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.5.11. Os requisitos e procedimentos referentes a garantia e suporte da solução, encontram-se pormenorizados no do Termo de Referência.

4.5.12. O detalhamento dos requisitos de garantia e suporte encontram-se pormenorizados no Termo de Referência.

4.5.13. Duração da garantia e suporte

4.5.13.1. Nos processos de aquisições de bens de Tecnologia da Informação - TI, devido às suas características técnicas e por serem investimentos de alto custo, será sempre necessário que esses bens sejam acompanhados de uma garantia e de suporte para fins de assegurar o perfeito funcionamento da solução.

4.5.13.2. Em orientações anteriores de “BOAS PRÁTICAS, ORIENTAÇÕES E VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE ATIVOS DE TIC”, a antiga Secretaria de Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento (Portaria MP/STI nº 20/2016) padronizou que, nas elaborações das especificações técnicas de ativos de TI, deveriam ser observados:

“1.2.1 Os ativos de TI devem ser adquiridos com garantia de funcionamento provida pelo fornecedor durante sua vida útil, salvo quando justificado o contrário e com relação ao ativo em específico.

1.2.2. Tal procedimento se justifica pelo fato de que, de forma geral a contratação, a posteriori, de serviços de manutenção para ativos fora de garantia, usualmente é mais onerosa para a Administração do que quando o bem é adquirido com garantia para toda sua vida útil. Ainda, os contratos de manutenção têm seus custos elevados na medida em que os bens mantidos se tornam obsoletos. Ou seja, quanto mais antigo for o ativo de TI, menor seu valor comercial e maior será seu custo de manutenção, devido à dificuldade de provimento de peças de reposição e do maior risco do fornecedor descumprir os níveis de serviço exigidos para reparo desses equipamentos.

1.2.3. Tem-se, portanto, que um dos fatores que para definição do posicionamento adequado da tecnologia (item 1.1) é o tempo de vida útil previsto para utilização do ativo e, por conseguinte, o tempo de garantia de funcionamento a ser contratado.”

4.5.13.3. Se estabeleceu também a vida útil dos Ativos de Rede, tais como servidores de rede, aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros:

“1.4.5.1 Para aquisição de servidores de rede, aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros, deve-se considerar o tempo de vida útil mínimo de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.”

4.5.13.4. Ressalta-se que os equipamentos a serem adquiridos nessa contratação, firewalls de próxima geração e de aplicações Web, são equipamentos de rede, de segurança e de aplicação, e, portanto, considera-se o tempo de vida útil desses equipamentos de no mínimo 5 anos (60 meses), devendo ser adquiridos com garantia de funcionamento (suporte e garantia) provida pelo fornecedor durante sua vida útil.

4.6 Requisitos de Arquitetura Tecnológica - especificação técnica

ITEM	OBJETO/ DESCRIMINAÇÃO
01	Firewall de Próxima Geração - NGFW: Controle Granular de Aplicações: Inspeção profunda de aplicações e protocolos para controle baseado em política sobre usuários e grupos. Prevenção de Ameaças Abrangente: Prevenção de Intrusão (IPS) baseada em análise de ataques, filtragem de URL (incluindo tráfego SSL criptografado), e proteção contra vírus /malware através de um motor de detecção unificado. Capacidades de Rede Avançadas: Suporte a modos de operação NAT/roteamento, transparente (bridge) e misto. Integração com SmartDNS para balanceamento de carga de tráfego. Autenticação de Usuário: Suporte a múltiplos métodos como Local, TACACS+, RADIUS, LDAP, senha, SMS, certificados, etc. VPN de Alto Desempenho: Aceleração de hardware embutida para implantações de VPN IPsec/SSL em larga escala. Gerenciamento: Suporte ao gerenciamento centralizado por plataforma em nuvem. Armazenamento: 256 GB de armazenamento onboard e opção de expansão (até 2 TB) para retenção de logs mais longa. Métrica de Desempenho: Throughput de Firewall (FW) entre 20 Gbps e 40 Gbps; Throughput de IPsec VPN 12 Gbps e 25 Gbps; Throughput de Antivírus (AV) 5 Gbps e 10 Gbps; Throughput de Sistema de Prevenção de Intrusão (IPS) entre 7 Gbps e 14 Gbps; Throughput IMIX entre 8 Gbps e 16 Gbps; Throughput de Proteção contra Ameaças (Threat Protection) entre 3 Gbps e 6 Gbps; Novas Sessões/s entre 300.000 e 600.000; Sessões Concorrentes Máximas (Padrão/Máximo) entre 10 Milhões e 15 Milhões. Portas de E/S (I/O Ports) Fixas: GE Ports: 4 (com suporte a one pair bypass - um par de desvio); interfaces rj-45 10/100/1000mbps incluída interface gerenciamento. SFP Ports: 4; SFP+ Ports: 2; Slots de Expansão: 4 slots genéricos para módulos de expansão (como IOC-8GE-M, IOC-8SFP-M, IOC-8SFP+, etc.). Informações Físicas e Elétricas: Formato: 2U Rack Mountable; Dimensões (L x P x A): Aproximadamente 440 x 520 x 88 mm (17.3 x 20.5 x 3.5 in); Peso: Aproximadamente 12.3 kg (27.1 lb); Fonte de Alimentação: Dupla redundante, hot-swappable (AC ou DC); Temperatura de Operação: 0°C 40° (32°F a 104°F). Com garantia estendida para 05 anos.
02	serviços de instalação de firewall e treinamento oficial de firewall.
03	Rack Servidor Piso Desmontável: totalmente parafusada em chapa de aço SAE 1020. BASE: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com passagem de cabo. Pés niveladores confeccionados em aço e polipropileno. FUNDO: O rack possui fundo aberto, caso queira com fundo fechado, informar no campo, perguntas. PORTA FRONTAL REMOVÍVEL: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com visor de acrílico fumê de espessura de 2 mm e fechadura escamoteável. PLANOS DE FIXAÇÃO FRONTAL COM REGULAGEM DE MEIO "U": confeccionados em chapa de aço SAE 1020, e com regulagem de profundidade. LATERAIS E FUNDOS REMOVÍVEIS : confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aletas de ventilação e fechos rápidos em poliamida. TETO: confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aberturas para instalação de 04 (quatro) ventiladores. ACABAMENTO: pintura eletrostática a pó texturizada com tratamento de superfície. Acompanha kit de 1º e 2º planos, com furos de 9,9mm para porca gaiola. PESO: entre 20 e 30 KG. MEDIDAS EXTERNAS: ALTURA = 0,88 CM / LARGURA = 0,60 CM / PROFUNDIDADE 0,77 CM. MEDIDAS INTERNAS: ALTURA = 0,77 CM / LARGURA = 0,55 CM / PROFUNDIDADE 0,70 CM.

4.7 Serviços de instalação de firewall

4.7.1 A contratada deverá prestar serviços de instalação e configuração da solução, que compreendem, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Reuniões de alinhamento para criação do escopo do projeto previamente a instalação;
- Instalação física de todos os equipamentos (hardware) e licenças (softwares) adquiridos no local determinado pela equipe responsável pelo projeto por parte da contratante (DTI). Quando aplicável, considerar instalação em modo Alta Disponibilidade (ativo/passivo);
- Análise da topologia e arquitetura da rede, considerando todos equipamentos já existentes e instalados;
- Análise do acesso à Internet, sites remotos, serviços de rede oferecidos aos funcionários e aos usuários externos;

- e) Migração das regras de firewall existentes e aplicáveis à solução ofertada, considerando a adequação às políticas de aplicações em camada;
- f) Análise do posicionamento de qualquer outro equipamento ou sistema relevante na segurança de qualquer perímetro protegido pela solução;
- g) Configuração do sistema de firewall, VPN, IPS, Filtro URL, Anti-vírus e Anti-malware de acordo com as exigências levantadas;
- h) Toda configuração de sistema (políticas gerais, objetos, itens de administração) deverá ser realizada de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo fabricante da solução ofertada. O fabricante da solução ofertada deverá disponibilizar ferramenta gratuita (ou incluir nos custos de serviço) para acompanhamento da evolução da parametrização de proteção dos firewalls a fim de garantir a melhor eficiência da solução durante o período de vigência das licenças;
- i) Configuração do sistema de gerenciamento centralizado considerando adição dos novos appliances;
- j) Durante a implantação da solução a equipe da Contratada deverá repassar as informações para a equipe da Prefeitura Municipal apresentando as configurações realizadas nos equipamentos, a topologia final e procedimentos executados;
- l) O processo de implantação deverá ser devidamente documentado pela Contratada, que deverá apresentar relatório com o detalhamento do processo realizado ao final da implantação contendo todas as configurações efetuadas e as decisões tomadas em formato legível e tecnicamente fundamentado;
- m) Os serviços de instalação e configuração deverão ser realizados por técnico certificado oficialmente pelo fabricante da solução ofertada ou pelo próprio fabricante.
- n) A instalação física de todos os equipamentos (hardware) e licenças (softwares) adquiridos deverá ocorrer no local determinado pela equipe responsável pelo projeto por parte da contratante.

4.8 Treinamento oficial de firewall

4.8.1 contratada deverá disponibilizar vouchers para treinamento oficial do fabricante;

4.8.2 O treinamento deverá ser ministrado abrangendo teoria e prática de implantação, configuração, administração e solução de problemas no ambiente deste órgão, bem como assuntos teóricos relacionados;

- a) Deverá conter no mínimo a seguinte ementa:
- b) Arquitetura e Plataforma;
- c) Configuração Inicial;
- d) Configuração de Interface;
- e) Políticas de Segurança e NAT;
- f) Identificação de Aplicações;
- g) Identificação de Conteúdo Básico;
- h) Filtro URL;
- i) Decriptografia;
- j) Sandboxing de ameaças avançadas;
- l) Identificação de Usuários;
- m) VPN;
- n) Monitoramento e Relatórios;
- o) Configuração de Alta Disponibilidade (redundância);

p) Demais assuntos pertinentes a solução;

q) O treinamento terá duração de, no mínimo, 5 (cinco) dias e ministrado em horário comercial e deverá ser realizado pelo fabricante ou parceiro certificado e autorizado. Ministrar treinamentos, preferencialmente de forma presencial nas instalações da contratante e deverá oferecer material didático e certificado de conclusão. As despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação do instrutor(es), correrão por conta da CONTRATADA.

4.9 Requisitos de Implantação

- A implantação da solução deverá ser realizada por profissionais especializados da contratada, que possuam certificação do fabricante da solução adquirida, ou pelo próprio fabricante.
- A implantação da solução deverá ocorrer com participação direta dos técnicos da Prefeitura Municipal que atuarão na solução.
- A implantação deverá abranger:
 - Integração da solução com a infraestrutura atual da Prefeitura Municipal;
 - Migração das regras de firewall existentes;
 - Configuração das funcionalidades suportadas pela solução e descritas no presente Termo de Referência;
 - Demais requisitos apresentados no item 4.17 no referente ao serviço de instalação de firewall.
- As informações referentes à implantação deverão estar presentes no projeto de instalação.
- A Contratada deverá fornecer documentação completa da solução, incluindo especificação do equipamento, características, funcionalidades, comentários e configurações executadas.
- O processo de implantação deverá ser devidamente documentado pela Contratada, que deverá apresentar relatório com o detalhamento do processo realizado ao final da implantação como requisito para o aceite definitivo.
- A instalação/configuração deverá ser realizada de tal forma que as interrupções no ambiente de produção da Prefeitura Municipal sejam as mínimas possíveis e estritamente necessárias.

4.10 Requisitos de Garantia

- Os itens adquiridos nesse processo deverão possuir garantia do fabricante ou autorizada no Brasil, para hardware e licenças de software, com validade mínima de 5 anos contados a partir do recebimento definitivo da solução.
- Como comprovação de autorizada, deverá ser apresentado documento com informações da empresa prestadora da assistência técnica com sua identificação, endereço, CNPJ, responsável técnico e região de atuação.
- A garantia deverá respeitar os requisitos de manutenção e suporte descritos no item 7.13. Requisitos de Manutenção.

4.11 Subcontratação

4.11.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.12. Da qualificação Técnica

4.12.1. Comprovação de que a Contratada forneceu itens compatíveis em características com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior (Atestado de Capacidade Técnica), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, sendo o licitante responsável civil e penalmente pelas informações prestadas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, V)

5.2. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação, a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

5.2.1 Solução 01: Locação Equipamentos Firewall de Próxima Geração (NGFW) .

5.2.1.1. fornecedor fornece equipamento em regime de aluguel ou comodato, muitas vezes com serviços (instalação, atualização, suporte e gestão).

5.2.1.2. Pontos positivos desta solução

- **Baixo investimento inicial (OPEX)** — elimina ou reduz CAPEX; mensalidades incluem serviços e licenças. fortifiwall.com.br+1
- **Renovação tecnológica e mitigação de obsolescência** — contratos podem prever upgrade/renovação e troca rápida por falhas. NexaNetworks
- **Inclusão de serviços (instalação, gestão, suporte, atualizações)** — reduz necessidade de equipe interna especializada; opção de Managed Firewall (MSS) disponível. NexaNetworks
- **Rapidez para escalar/ajustar capacidade** — contratos flexíveis permitem upgrades de throughput/licenças.

5.2.1.3. Pontos negativos desta solução:

- **Custo total do contrato pode ser maior no longo prazo** — dependendo do prazo, soma das mensalidades pode superar o custo de compra.
- **Dependência do fornecedor** — disponibilidade de suporte, reposição, qualidade do serviço e retenção das configurações ficam dependentes do contratado.
- **Limitação para customizações profundas** — alterações que fujam ao escopo contratado podem não ser permitidas ou gerar custos extras.

5.2.1.4. Dessa forma, essa solução não é viável para atender a necessidade a Prefeitura Municipal.

5.2.2 Solução 03: Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão;

5.2.2.1 Este tipo é conhecida como “Carona” e para que se possa utilizar essa ferramenta, o órgão interessado deverá encaminhar ofício (termo de adesão) para o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preço, contendo a indicação do seu interesse e a quantidade estimada de aquisição. Por sua vez, o órgão gerenciador verificará na ata se existe quantidade necessária disponível, bem como se já não ultrapassou o limite permitido. Caso não tenha ultrapassado, o Órgão Gerenciador entrará em contato com o fornecedor detentor do melhor preço registrado e verificará se tem interesse de fornecer também para outro órgão, os produtos indicados pelos preços, marcas e qualidades registradas na ARP. A Lei 14.133/21 trata da adesão em ARP no artigo 86, em moldes semelhantes ao que já era estabelecido pelos Decretos federais nº 11462 de Março de 2023 (artigo 31) .

5.2.2.2 **Pontos positivos desta solução:** O procedimento da adesão em ata de registro de preços permite que órgãos e entidades da administração pública possam adquirir bens e serviços por meio da utilização de atas de registro de preços de outros entes públicos. Permite a agilidade das aquisições de produtos e serviços, com ganhos de economia de escala e a redução do tempo para a implementação das ações estatais. Para que um órgão ou entidade possa aderir a uma ata de registro de preços é necessário que tenha disponibilidade orçamentária e financeira e que o faça dentro do prazo de validade definido, segundo as regras do instrumento pertencente.

5.2.2.3 **Pontos negativos desta solução:** Para existir a adesão, é necessária a concordância do fornecedor, pois este não é obrigado a aceitar a contratação por carona, sendo que o fornecedor apenas poderá aceitar se não existir prejuízo para com as obrigações que assumiu anteriormente na Ata de registro de preços (compromisso que o licitante já assumiu perante os órgãos gerenciador e participante).

5.2.2.4. Dessa forma, essa solução não é viável para atender a necessidade a Prefeitura Municipal.

5.2.3 Solução 03: Aquisição de equipamento do tipo NGFW – Firewall Corporativo + appliance firewall de aplicações web (WAF), balanceador de carga e publicação DNS;

5.2.3.1. Solução composta por appliance denominada Next-Generation Firewall - NGFW (do inglês, Firewall de Nova Geração) mais o firewall de aplicações web, balanceador e DNS. Constitui-se de equipamento capaz de agregar as diversas funcionalidades de segurança entre Firewall, Antivírus, IDS/IPS, WebFilter e outros, apresentando correlacionamento de dados entre os resultados das diversas funcionalidades. Estes equipamentos podem realizar inspeção em camada de aplicação e utilizam a mesma plataforma de gerência para todas as funcionalidades. Porém a inspeção realizada da camada de aplicação não é comparável ao nível de

granularidade de inspeção de um equipamento WAF dedicado que ainda disporá de balanceamento de carga e DNS. Além disso, em muitas situações, para contar nos NGFW com essa capacidade de inspeção do tráfego na camada de aplicação, faz-se necessário contratar licenciamento adicional para seu uso.

5.2.3.2. Pontos positivos desta solução:

- a) É uma evolução da já consolidada plataforma unificada do tipo UTM sendo, inclusive, muitas fornecidas pelos mesmos fornecedores de UTM;
- b) Plataforma de gerenciamento unificado para as diversas funcionalidades de segurança de redes;
- c) Possuem garantia de capacidade para análise do tráfego por funcionalidade;
- d) Apresentam o maior nível de visibilidade no monitoramento e controle de ameaças devido ao correlacionamento das informações provenientes das diferentes funcionalidades;
- e) Exige menor conhecimento técnico/operacional por parte da equipe uma vez que as ferramentas de gerenciamento já são mais intuitivas e direcionadas para a configuração dos principais cenários de segurança de redes;
- f) Apresentam praticamente todas as funcionalidades essenciais à estruturação de uma solução de segurança de redes computacionais;
- g) Apresentam, adicionalmente, a capacidade de detectar malwares e ameaças em um nível satisfatório;
- h) Podem ser adquiridas em diversos portes de capacidade conforme a capacidade da Prefeitura Municipal, resultando em formas mais eficientes de utilização dos recursos do equipamento e no custo de aquisição.

5.2.3.3. Pontos negativos desta solução:

- a) Podem gerar problemas no dimensionamento de capacidade da appliance uma vez que sua performance depende de quais funcionalidades estão ativadas.

5.2.3.4. Pelas razões supracitadas essa solução **mostrou-se viável e completa**, adequada e a solução viável para atendimento às necessidades de segurança cibernética da Prefeitura Municipal.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades desta Prefeitura Municipal, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos produtos e serviços a serem adquiridos;

6.2. Após realização do Estudo conclui-se que a solução tecnicamente viável que melhor atende às necessidades da Administração é a aquisição de uma solução de equipamentos firewall de próxima geração (**NGFW**) com serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico especializado. pois além de melhor custo-benefício em diversas questões técnicas, atende na totalidade os requisitos esperados pela equipe segurança da informação e necessidades da Administração. Será contratação através de pregão eletrônico- lote único, disposto na lei Art. 28 e Art. 40 da lei 14.133/21.

6.3. Além de oferecer um nível maior de segurança à rede, os firewall de próxima geração e de aplicação, com uma maior capacidade de processamento, possibilitam a implementação de novos serviços, como por exemplo, análise do tráfego. Com isso, seria possível ter uma visualização detalhada da utilização da rede e das aplicações utilizadas. Adicionalmente, o processo de identificação de ameaças são facilitados e permitem a aplicação de políticas de segurança mais eficientes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Quantidade de bens e serviços, seguem abaixo o quadro com a estimativa e demanda de soluções necessárias para o completo atendimento da necessidade da Prefeitura Municipal:

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
01	Firewall de Próxima Geração - NGFW): Controle Granular de Aplicações: Inspeção profunda de aplicações e protocolos para controle baseado em política sobre usuários e grupos. Prevenção de Ameaças Abrangente: Prevenção de Intrusão (IPS) baseada em análise de ataques, filtragem de URL (incluindo tráfego SSL criptografado), e proteção contra vírus /malware através de um motor de detecção unificado. Capacidades de Rede Avançadas: Suporte a modos de operação NAT/roteamento, transparente (bridge) e misto. Integração com SmartDNS para balanceamento de carga de tráfego. Autenticação de Usuário: Suporte a múltiplos métodos como Local, TACACS+, RADIUS, LDAP, senha, SMS, certificados, etc. VPN de Alto Desempenho: Aceleração de hardware embutida para implantações de VPN IPsec/SSL em larga escala. Gerenciamento: Suporte ao gerenciamento centralizado por plataforma em nuvem. Armazenamento: 256 GB de armazenamento onboard e opção de expansão (até 2 TB) para retenção de logs mais longa. Métrica de Desempenho: Throughput de Firewall (FW) entre 20 Gbps e 40 Gbps; Throughput de IPsec VPN 12 Gbps e 25 Gbps; Throughput de Antivírus (AV) 5 Gbps e 10 Gbps; Throughput de Sistema de Prevenção de Intrusão (IPS) entres 7 Gbps e 14 Gbps; Throughput IMIX entre 8	1	UND



	Gbps e 16 Gbps; Throughput de Proteção contra Ameaças (Threat Protection) entre 3 Gbps e 6 Gbps; Novas Sessões/s entre 300.000 e 600.000; Sessões Concorrentes Máximas (Padrão/Máximo) entre 10 Milhões e 15 Milhões. Portas de E/S (I/O Ports) Fixas: GE Ports: 4 (com suporte a one pair bypass - um par de desvio); interfaces rj-45 10/100/1000mbps incluída interface gerenciamento. SFP Ports: 4; SFP+ Ports: 2; Slots de Expansão: 4 slots genéricos para módulos de expansão (como IOC-8GE-M, IOC-8SFP-M, IOC-8SFP+, etc.). Informações Físicas e Elétricas: Formato: 2U Rack Mountable; Dimensões (L x P x A): Aproximadamente 440 x 520 x 88 mm (17.3 x 20.5 x 3.5 in); Peso: Aproximadamente 12.3 kg (27.1 lb); Fonte de Alimentação: Dupla redundante, hot-swappable (AC ou DC); Temperatura de Operação: 0°C 40° (32°F a 104°F). Com garantia estendida para 05 anos.		
02	serviços de instalação de firewall e treinamento oficial de firewall.	1	SERV.
03	Rack Servidor Piso Desmontável: totalmente parafusada em chapa de aço SAE 1020. BASE: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com passagem de cabo. Pés niveladores confeccionados em aço e polipropileno. FUNDO: O rack possui fundo aberto, caso queira com fundo fechado, informar no campo, perguntas. PORTA FRONTAL REMOVÍVEL: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com visor de acrílico fumê de espessura de 2 mm e fechadura escamoteável. PLANOS DE FIXAÇÃO FRONTAL COM REGULAGEM DE MEIO "U": confeccionados em chapa de aço SAE 1020, e com regulagem de profundidade. LATERAIS E FUNDOS REMOVÍVEIS : confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aletas de ventilação e fechos rápidos em poliamida. TETO: confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aberturas para instalação de 04 (quatro) ventiladores. ACABAMENTO: pintura eletrostática a pó texturizada com tratamento de superfície. Acompanha kit de 1º e 2º planos, com furos de 9,9mm para porca gaiola. PESO: entre 20 e 30 KG. MEDIDAS EXTERNAS: ALTURA = 0,88 CM / LARGURA = 0,60 CM / PROFUNDIDADE 0,77 CM. MEDIDAS INTERNAS: ALTURA = 0,77 CM / LARGURA = 0,55 CM / PROFUNDIDADE 0,70 CM.	1	UND

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 A estimativa do valor da Contratação foi realizada com base nas diretrizes da nova Instrução Normativa SEGES/ ME nº 65 /2021, pesquisa de mercado local: o Relatórios de Preços (ANEXO) nos autos deste processo. aplicando-se a média simples ou a mediana conforme preços coletados dos itens pesquisados e analisados. conforme descritivo de itens, quantidade do item 7 do presente ETP. considerando a demanda estimada da Prefeitura Municipal pelo período de 12 (doze) meses, conforme indicado na tabela a seguir:

LOTE ÚNICO					
ITEM	OBJETO/ DESCRIMINAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Firewall de Próxima Geração - NGFW): Controle Granular de Aplicações: Inspeção profunda de aplicações e protocolos para controle baseado em política sobre usuários e grupos. Prevenção de Ameaças Abrangente: Prevenção de Intrusão (IPS) baseada em análise de ataques, filtragem de URL (incluindo tráfego SSL criptografado), e proteção contra vírus/malware através de um motor de detecção				



01	unificado. Capacidades de Rede Avançadas: Suporte a modos de operação NAT/roteamento, transparente (bridge) e misto. Integração com SmartDNS para balanceamento de carga de tráfego. Autenticação de Usuário: Suporte a múltiplos métodos como Local, TACACS+, RADIUS, LDAP, senha, SMS, certificados, etc. VPN de Alto Desempenho: Aceleração de hardware embutida para implantações de VPN IPsec/SSL em larga escala. Gerenciamento: Suporte ao gerenciamento centralizado por plataforma em nuvem. Armazenamento: 256 GB de armazenamento onboard e opção de expansão (até 2 TB) para retenção de logs mais longa. Métrica de Desempenho: Throughput de Firewall (FW) entre 20 Gbps e 40 Gbps; Throughput de IPsec VPN 12 Gbps e 25 Gbps; Throughput de Antivírus (AV) 5 Gbps e 10 Gbps; Throughput de Sistema de Prevenção de Intrusão (IPS) entre 7 Gbps e 14 Gbps; Throughput IMIX entre 8 Gbps e 16 Gbps; Throughput de Proteção contra Ameaças (Threat Protection) entre 3 Gbps e 6 Gbps; Novas Sessões/s entre 300.000 e 600.000; Sessões Concorrentes Máximas (Padrão/Máximo) entre 10 Milhões e 15 Milhões. Portas de E/S (I/O Ports) Fixas: GE Ports: 4 (com suporte a one pair bypass - um par de desvio); interfaces rj-45 10/100 /1000mbps incluída interface gerenciamento. SFP Ports: 4; SFP+ Ports: 2; Slots de Expansão: 4 slots genéricos para módulos de expansão (como IOC-8GE-M, IOC-8SFP-M, IOC-8SFP+, etc.). Informações Físicas e Elétricas: Formato: 2U Rack Mountable; Dimensões (L x P x A): Aproximadamente 440 x 520 x 88 mm (17.3 x 20.5 x 3.5 in); Peso: Aproximadamente 12.3 kg (27.1 lb); Fonte de Alimentação: Dupla redundante, hot-swappable (AC ou DC); Temperatura de Operação: 0°C 40° (32°F a 104°F). Com garantia estendida para 05 anos.	UND	1	R\$ 49.155,66	R\$ 49.155,66
02	serviços de instalação de firewall e treinamento oficial de firewall.	SERV.	1	R\$ 3.100,00	R\$3.100,00
03	Rack Servidor Piso Desmontável: totalmente parafusada em chapa de aço SAE 1020. BASE: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com passagem de cabo. Pés niveladores confeccionados em aço e polipropileno. FUNDO: O rack possui fundo aberto, caso queira com fundo fechado, informar no campo, perguntas. PORTA FRONTAL REMOVÍVEL: confeccionada em chapa de aço SAE 1020, com visor de acrílico fumê de espessura de 2 mm e fechadura escamoteável. PLANOS DE FIXAÇÃO FRONTAL COM REGULAGEM DE MEIO "U": confeccionados em chapa de aço SAE 1020, e com regulagem de profundidade. LATERAIS E FUNDOS REMOVÍVEIS : confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aletas de ventilação e fechos rápidos em poliamida. TETO: confeccionados em chapa de aço SAE 1020, com aberturas para instalação de 04 (quatro) ventiladores. ACABAMENTO: pintura eletrostática a pó texturizada com tratamento de superfície. Acompanha kit de 1º e 2º planos, com furos de 9,9mm para porca gaiola. PESO: entre 20 e 30 KG. MEDIDAS EXTERNAS: ALTURA = 0,88 CM / LARGURA = 0,60 CM / PROFUNDIDADE 0,77 CM. MEDIDAS INTERNAS: ALTURA = 0,77 CM / LARGURA = 0,55 CM / PROFUNDIDADE 0,70 CM.	UND	1	R\$ 2.617,26	R\$ 2.617,26
TOTAL			R\$ 54.872,92		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação será realizada lote único, considerando que o parcelamento da solução é totalmente inviável tecnicamente, tendo em vista se tratar da contratação de aquisição de equipamento de Firewall de última geração, incluindo serviços de instalação, manutenção, suporte técnico e treinamento, visando garantir o melhor funcionamento entre eles e evitando erros por incompatibilidade, se contratados separadamente, de vários fornecedores.

9.1.1 O agrupamento dos itens em lote único justifica-se pela interdependência técnica e operacional entre os equipamentos, os serviços de instalação, migração, treinamento e suporte técnico, cuja execução integrada é essencial para garantir a segurança, a continuidade e a efetividade da solução contratada.

9.2 O julgamento das propostas será o de menor preço por lote.

9.2.1 Justificativa por LOTE ÚNICO:

A presente contratação refere-se à aquisição de equipamento de Firewall de última geração, incluindo serviços de instalação, manutenção, suporte técnico e treinamento.

Opta-se pela contratação em lote único, tendo em vista que o objeto constitui uma solução tecnológica integrada e indivisível, em que o funcionamento adequado do equipamento depende diretamente da correta instalação, configuração, manutenção e suporte técnico prestados pelo mesmo fornecedor, garantindo assim a uniformidade, compatibilidade e continuidade da operação.

A divisão do objeto em lotes distintos (por exemplo, separando o fornecimento do equipamento dos serviços de instalação ou suporte) poderia comprometer a eficácia e a integridade da solução, uma vez que envolveria diferentes fornecedores e, conseqüentemente, risco de incompatibilidades técnicas, dificuldades de responsabilização e perda de garantia integrada.

Ademais, a contratação de um único fornecedor possibilita:

- **Responsabilidade técnica unificada**, evitando disputas sobre a origem de falhas ou mau funcionamento;
- **Maior agilidade** na implantação e suporte, reduzindo o tempo de indisponibilidade de serviços;
- **Otimização de custos**, considerando que fornecedores costumam oferecer valores mais vantajosos quando fornecem o conjunto completo (hardware + serviços);
- **Garantia de suporte e atualização centralizados**, essenciais para a segurança e o desempenho da solução.

Dessa forma, o parcelamento em lote único observa os princípios da economicidade, eficiência, padronização e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, art. 11 e art. 40, §1º, inciso I, alínea “a”, bem como as orientações do TCU, que recomendam o parcelamento apenas quando tecnicamente viável e vantajoso para a Administração.

Conclui-se, portanto, que a contratação em lote único é tecnicamente justificada e economicamente mais adequada ao interesse público, por assegurar a integração e o desempenho da solução de segurança de rede pretendida.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com a contratação pretendida

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 . A contratação não encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir constituído o referido plano, uma vez que, está iniciando a aplicação da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021) de maneira gradativa, mais a contratação encontra-se na previsão orçamentária.

12. Resultados Pretendidos

12.1 Com a aquisição do equipamento de Firewall de última geração, incluindo serviços de instalação, manutenção, suporte técnico e treinamento, a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari espera alcançar melhorias significativas na segurança, desempenho e governança da infraestrutura tecnológica municipal, garantindo a continuidade e confiabilidade dos serviços públicos digitais.

Entre os principais resultados e benefícios esperados, destacam-se:

1. Fortalecimento da segurança da informação:

- Proteção do ambiente de rede contra ameaças cibernéticas, acessos indevidos, ataques de negação de serviço (DDoS), malwares e tentativas de invasão;
- Redução do risco de vazamento de dados institucionais e pessoais.

1. Melhoria da disponibilidade e estabilidade dos serviços públicos digitais:

- Maior confiabilidade no acesso a sistemas administrativos, financeiros e de gestão pública;
- Menor tempo de indisponibilidade causado por falhas ou ataques.

1. Modernização da infraestrutura de TI:

- Atualização tecnológica compatível com as melhores práticas e padrões de segurança de rede;
- Possibilidade de expansão e integração com futuras soluções tecnológicas.

1. Eficiência na gestão e monitoramento do tráfego de rede:

- Controle centralizado de acessos, aplicativos e políticas de uso;
- Monitoramento em tempo real e geração de relatórios para auditoria e tomada de decisão.

1. Capacitação técnica e autonomia operacional:

- Treinamento da equipe de TI para administração e manutenção da solução;
- Redução da dependência de terceiros para ações de rotina ou emergenciais.

1. Economia e racionalização de recursos públicos:

- Substituição do modelo de locação por aquisição definitiva do equipamento, reduzindo custos recorrentes;
- Unificação dos serviços de suporte e manutenção com o fornecedor da solução, promovendo eficiência contratual.

1. Conformidade com normas e boas práticas de governança:

- Atendimento às diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, do **Marco Civil da Internet** e da **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)**;
- Aderência às políticas de segurança da informação e continuidade de serviços essenciais.

Em síntese, a implantação da nova solução de firewall proporcionará maior proteção cibernética, estabilidade operacional, redução de riscos e fortalecimento da governança digital, beneficiando diretamente a administração pública e, indiretamente, todos os cidadãos que dependem dos serviços oferecidos pela Prefeitura.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há necessidade de adequação da infraestrutura tecnológica, elétrica, logística, espaço físico, mobiliário ou outras que se apliquem.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não ocorrerão impactos ambientais decorrentes desta aquisição.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A aquisição do equipamento de Firewall de última geração mostra-se tecnicamente e economicamente viável, considerando as necessidades atuais da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari e as condições do mercado de tecnologia da informação.

Do ponto de vista técnico, a viabilidade está fundamentada na necessidade de proteção contínua da infraestrutura de rede e dos sistemas corporativos, frente ao aumento constante de ameaças cibernéticas e incidentes de segurança. O equipamento proposto atenderá aos requisitos de desempenho, escalabilidade e confiabilidade exigidos pelo ambiente tecnológico municipal, garantindo o controle de acesso, a filtragem de conteúdo, a prevenção contra intrusões (IPS) e a inspeção profunda de pacotes (DPI).

Além disso, a solução permitirá monitoramento centralizado do tráfego de rede, segmentação segura de usuários e serviços, e gestão eficiente de políticas de segurança, com integração aos sistemas já existentes, sem a necessidade de grandes adaptações ou investimentos adicionais em infraestrutura.

Do ponto de vista econômico e administrativo, a aquisição de um equipamento próprio representa melhor custo-benefício a médio e longo prazo, quando comparada à continuidade do modelo de locação atualmente vigente. Com a compra definitiva, a Prefeitura reduzirá despesas recorrentes e ganhará autonomia técnica, podendo realizar atualizações, manutenções e ampliações conforme suas necessidades, sem depender de terceiros para ações básicas de segurança.

A viabilidade também é reforçada pela disponibilidade de fornecedores qualificados no mercado nacional, capazes de oferecer equipamentos homologados, com garantia de fábrica, suporte técnico especializado e serviços de capacitação, atendendo plenamente às exigências da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de gestão pública de TIC.

Assim, a aquisição proposta é plenamente viável, necessária e vantajosa, pois assegura a proteção das informações institucionais, a continuidade dos serviços públicos digitais e a otimização dos recursos orçamentários, alinhando-se às políticas de modernização e transformação digital da Administração Municipal.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA

Equipe de apoio



EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS
Autoridade competente





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPÇÃO QUADROS**,
CPF: 692.79*.**2-0 em 25/11/2025 08:31:39, Cód. Autenticidade da Assinatura:
0846.8K31.5394.A869.7427, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**,
CPF: 889.04*.**2-4 em 25/11/2025 08:00:53, Cód. Autenticidade da Assinatura:
0838.3H00.853X.623R.6106, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.0A9.5BC** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº 208/2025.**

Elaborado por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**, CPF: 889.04*.**2-4, em 25/11/2025 - 08:00:53

Código de Autenticidade deste Documento: 08E7.0200.753A.223X.3371

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

Matriz de Gerenciamento de Riscos 174/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

174/2025

Objeto da Matriz de Riscos

Aquisição de solução de Firewall- NGFW

Responsável pela Edição

IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA

Data de Criação

18/11/2025 13:14

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Especificação do objeto aquém/além da real necessidade do negócio	Excesso ou falta de detalhes na descrição do objeto Mudança da necessidade	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Atraso dos projetos que dependem da contratação das soluções de TI					
2	Recursos públicos utilizados com baixa eficiência					
Ações Preventivas						
P-01	Revisar os documentos primários, como o estudo preliminar, com o objetivo de mitigar possíveis divergências legais e técnicas para a realização do processo licitatório.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		
P-02	Pesquisar contratações similares e verificar se os requisitos para a contratação estão compatíveis com o planejamento.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		
P-03	Avaliar se as soluções existentes no mercado estão compatíveis com o objeto da contratação			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		
Ações de Contingência						
C-01	Refazer a documentação (Termo de Referência), garantindo que a especificação esteja de acordo com a real necessidade do negócio.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Falha na cotação de preços dos serviços	Preços que não representam a realidade do mercado devido a dificuldade em cotar os preços no mercado.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Preços estimados não alinhados à realidade do mercado trazem riscos ao sucesso da contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Efetuar o levantamento dos preços pelo portal de compras do Governo Federal e principalmente pela cotação direta em diferentes fornecedores do serviço no mercado.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		
Ações de Contingência						
C-01	Caso a licitação não venha à atrair interessados, o processo poderá prosseguir com nova cotação de preços para corrigir os valores em uma nova licitação.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Contratação não ocorrer no período previsto	Atraso nos procedimentos internos e externos da licitação	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso no início da execução contratual					
Ações Preventivas						
P-01	Assegurar que os prazos para elaboração dos documentos sejam cumpridos.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		
Ações de Contingência						
C-01	Agilização de procedimentos internos, dentro da legalidade.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Ausência de interessados na licitação	de na Licitação deserta.	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	

		Impactos	
1	A licitação ficará fracassada e vai atrasar a contratação do bem ou serviço.		
Ações Preventivas			
P-01	O Termo de Referência foi elaborado a partir das sugestões das empresas existentes no mercado. Exclusão de exigências restritivas para a competição.		Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA
Ações de Contingência			
C-01	Retornar o TR para nova pesquisa de requisitos no mercado e atualização de valores.		Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Atraso na seleção de fornecedores	na Atraso na fase de seleção de fornecedores.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos	
1	Atraso na contratação do bem ou serviço.
2	Departamento Solicitante
Ações Preventivas	
P-01	Adotar exigências de qualificações padrão do mercado para permitir maior celeridade na seleção do fornecedor, e de fácil apresentação pelos concorrentes. Responsável: EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS
Ações de Contingência	
C-01	Definir prazos para execução de atividades. Responsável: EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Contratada não entregou os equipamentos e materiais acordados no Edital.	os A empresa não encaminhou os equipamentos e materiais conforme especificação em sua proposta e aceita pela Administração.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos				
1	Equipamentos não atendem as necessidades da Prefeitura Municipal.			
Ações Preventivas				
P-01	Exigência de especificar os equipamentos na proposta de preços como elemento vinculante na Contratação; a Empresa está ciente dos equipamentos e materiais a serem entregues.		Responsável: EDINEY MARCIO QUADROS	ASSUMPCAO
Ações de Contingência				
C-01	Recusa da Administração em aceitar os equipamentos e materiais em desacordo com o Edital. Aplicação do prazo para substituição dos equipamentos e materiais.		Responsável: EDINEY MARCIO QUADROS	ASSUMPCAO

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA
Equipe de apoio

EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS
Autoridade competente





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPÇÃO QUADROS**,
CPF: 692.79*.**2-*0 em 25/11/2025 08:31:39, Cód. Autenticidade da Assinatura:
08H2.5331.639U.632H.5547, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**,
CPF: 889.04*.**2-*4 em 25/11/2025 08:02:01, Cód. Autenticidade da Assinatura:
08E1.7902.6016.236A.0856, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.0A9.644** - Tipo de Documento: **ANÁLISE DE RISCO - AR - Nº 118/2025**

Elaborado por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**, CPF: 889.04*.**2-*4, em 25/11/2025 - 08:02:01

Código de Autenticidade deste Documento: 0876.6U02.501K.900H.6262

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



ANEXO – V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À Prefeitura Municipal de Candéias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO Nº 3837/2025

LICITANTE:

CNPJ:

TEL./ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta: ____ (____) dias (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto:

Prazo de entrega:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid	Gódkigo	Marca/ Modelo	V. Unít.	V. Total
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
Total geral							

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônica nº 002/2026, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



Outras informações:

- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.
- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ANEXO – VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO Nº 3837/2025

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
localizada na rua _____ - Nº _____ - Bairro _____ - Cidade de _____
- Estado de _____ - CEP: _____, **DECLARA** que os documentos apresentados para o
certame denominado **Pregão Eletrônica Nº 001/2026**, são autênticos.

Local, ____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO Nº 3837/2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônica Nº 001/2026**, instaurado pelo **Processo Administrativo n.º 3837/2025**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades das Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO Nº 3837/2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO - IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI – PMCJ/RO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º XXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3837/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** do ano de **XXXX (XXXXXXXXXX)**, a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO**, inscrito no CNPJ sob o nº. **63.761.902/0001-60**, com sede na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal xxxx de xxx de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 001/2026**, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preço para **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pertencente à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, por um período de **12 (doze) meses**.

1.1.1 Dados Detentor/ Representante

DETENTOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL/FAX:

E-MAIL:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

DETENTORA DO ITEM (S):

1.1.2 Planilha com Itens/ Valores da(s) Empresa(s) Detentora(s)

Item	Discriminação	Quant.	Unid.	V. Unit.	V.Total

CLÁUSULA II – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço, da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO.

2.3 Caberá à **Gerência do Sistema de Registro de Preço – GSRP** a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme **art. XX, § Xº, do Decreto municipal XXXX/23**.

2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no **art. XX e XX do Decreto municipal XXXX/23**.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





2.4 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- a) Secretaria Municipal de
- b) Secretaria Municipal de
- c) Secretaria Municipal de

CLÁUSULA III – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta **Ata de Registro de Preço** será de **12 (doze) meses** contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogada por igual período.

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

a) O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA V – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

Avenida Tancredo Neves – N.º 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





VI - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI – DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado é praticado no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao **Gerente de Registro de Preços**, preferencialmente via e-mail: **cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br** (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), ou ainda, protocolado o original junto a **Prefeitura Municipal de Candéias do Jamari**, no horário das **07h30min** às **13h30min** de segunda a sexta-feira, situada na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candéias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da **Ata de Registro de Preços** e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





convocatório.

CLÁUSULA VII – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

8.1 As aquisições do objeto da presente **Ata de Registro de Preços** serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.

8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

9.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - **Multa**:

- a) Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b) Compensatória de **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de





2021)

9.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA X – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.





10.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado na AROM e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Conforme **artigos XX, § Xº** e seus incisos do **Decreto municipal XXX/23**, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

11.3 O registro a que se refere o **item 9.2** deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no **§ Xº** do caput, nos **incisos XX, XX e XX** do **art. XX**, no **inciso XXX do art. XX**, e no **art. XX**, do **Decreto municipal XXXX/23**;

11.4 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o **item 9.2**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

11.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Edital de Licitação** e em seus anexos como **Termo de Referência** e **Minuta de contrato**.

CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo email: **cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br**, **Superintendência Municipal de Licitação – SML** situada no **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO**, na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**, de segunda à sexta-feira das **07h30min às 13h30min**.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Integram esta Ata o **Edital de Pregão Eletrônico Nº. 001/2026** a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 3837/2025**. A eficácia da validade da presente **Ata de Registro de Preços** dar-se-á pela **HOMOLOGAÇÃO** do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 001/2026**, pelo Autoridade competente.





ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

NOME:

CPF:

MATRICULA:

AUTORIDADE COMPETENTE:

NOME:

CPF:

MATRICULA:

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DETENTOR:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:





ANEXO – IX
MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOSATA DE CADASTRO DE RESERVA Nº 000/2026

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** do ano de **XXXX (XXXXXXXXXX)**, a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO**, inscrito no CNPJ sob o nº. **63.761.902/0001-60**, com sede na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal xxxx de xxx de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, **CLASSIFICADAS** em 1º, 2º e 3º lugar no(s) itens(s) xxxx do **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objetodescrito no **Anexo I - (Termo de Referência)** do **Edital** do referido **Pregão**, com vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital. **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para atender as Secretaria Municipal, pertencente à **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari**, por um período de **12 (doze) meses**.

1.1.1 Dados Detentor/ Representante

DETENTOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL/FAX:

E-MAIL:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

DETENTORA DO ITEM (S):

1.1.2 Planilha com Itens/ Valores da(s) Empresa(s) Registrada(s)

Item ARP	Classificação	Quant.	Unid.	Ordem Cad. Reserva	Marca/ Modelo	V. Unit.	Empresa Detentora
1				1			
				2			
				3			
2				1			
				2			
				3			

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO** a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





de igual teor, forma edata.

ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

NOME:

CPF:

MATRICULA:

AUTORIDADE COMPETENTE:

NOME:

CPF:

MATRICULA:

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DETENTOR:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **RAQUEL FRANCA GIL DA SILVA**, CPF: 005.57*. **2-*6 em **29/01/2026 15:25:00**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **15E7.3225.500W.3104.8160**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.256.E14** - Tipo de Documento: **EDITAL**.

Elaborado por **KARINA CASTILHO FERREIRA**, CPF: 015.74*. **2-*5, em **29/01/2026 - 14:46:12**

Código de Autenticidade deste Documento: 1433.7646.1122.778Z.7605

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

